

MOÇÃO Nº 09/2019

Moção de Apoio à Proposta de Emenda Constitucional n.º 05, de 2019 que *"Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado"*.



O vereador Alef Assolini, que esta subscreve, em conformidade aos artigos 162 e seguintes, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, propõe a presente Moção de Apoio à Proposta de Emenda Constitucional n.º 05, 2019 que *"Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado"*.

O texto, cujo teor segue em anexo, tem como signatários Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO).

Através desta Proposta de Emenda a Constituição, os senadores buscam alteração constitucional com o objetivo de que a decisão condenatória proferida por órgão colegiado seja passível de execução imediata, sendo desnecessário o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Entendendo que a proposta é de extrema relevância para a sociedade brasileira, ainda mais tomando-se em consideração a recente decisão proferida pelo Eg. Supremo Tribunal Federal, que tem por consequência a soltura de condenados pelo Poder Judiciário, cuja pena dificilmente será revertida em virtude de decisão em 3ª instância, já que o objeto que norteia tais recursos diz respeito a questões específicas de legalidade e

constitucionalidade, restando o feito, quanto à situação fática ensejadora da pena devidamente instruída. Ou seja, o posicionamento da Suprema Corte serve apenas de alicerce para a postergação, por prazo indefinido, do efetivo cumprimento da pena.

Certo é que a impunidade não pode e não deve prevalecer, até porque não foi esta a intenção do Constituinte. Por estas razões é que solicitamos aos colegas Vereadores a aprovação desta Moção, para que seja encaminhada ao Presidente da Câmara de Deputados, Deputado Federal Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia; ao Presidente do Senado Federal, Senador David Samuel Alcolumbre Tobelem, bem como à bancada gaúcha, a fim de demonstrar o apoio desta Casa Legislativa a aprovação da PEC n.º 05/2019, eis ser esta indispensável para garantir a ordem e a segurança jurídica, bem como estancar a impunidade em nosso país.

Câmara de Vereadores de Carlos Barbosa, 14 de novembro de 2019.



Alef Assolini,

MDB

Vereador Proponente.

Endosso:



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2019

Inserir o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivizar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR) (1º signatário), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)



Página da matéria

*Comissão de
Constituição, Justiça e
Ciudadania*
Em 14/02/19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2019
(De autoria do senador Oriovisto Guimarães e outros)

Inserir o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para posicionar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Inclua-se, no art. 93 da Constituição Federal, o seguinte inciso XVI:

“Art. 93.

.....
XVI – a decisão condenatória proferida por órgãos colegiados deve ser executada imediatamente, independentemente do cabimento de eventuais recursos.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No sistema processual recursal brasileiro existe um excessivo número de recursos que induz a uma situação de preocupante ineficiência da aplicação na lei penal no país, dando à população uma grave sensação de insegurança e de impunidade.

Essa situação não pode mais continuar nos dias atuais. Urge a adoção de alterações legislativas (constitucionais e infraconstitucionais) a fim de dar uma resposta satisfatória à grave crise de insegurança pública vivida atualmente, bem como aos inúmeros casos de corrupção que parecem não ter fim em nosso triste noticiário.

Recebido em 14 / 2 / 19

Hora: 14:30



SF/19843.86006-64

Página: 1/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a

Quando se entende que a aplicação da pena depende do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, tem-se uma grave consequência: a utilização da via recursal passa a servir para retardar o cumprimento da sanção penal, o que só aumenta o sentimento de impunidade generalizado entre os brasileiros. No modo em que se apresenta, o sistema recursal brasileiro, estruturado em quatro níveis recursais, estimula e possibilita a impunidade.

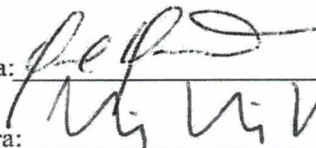
Tendo, em mente essa preocupação, propomos a emenda constitucional ora apresentada, no sentido de dar efetividade às condenações penais por órgãos de segunda instância. Com a alteração ora pretendida, as condenações penais em segunda instância terão imediata aplicabilidade, e a eventual interposição dos recursos extraordinário e especial não obstarão o trânsito em julgado da decisão. Dessa forma, vamos ao encontro da atual jurisprudência do STF.

Sem prejuízo ao cidadão de ver a questão controvertida suscitada nos Tribunais superiores vir a ser acatada e reformada a decisão condenatória, se for o caso, por um lado. Mas, por outro lado, sem prejudicar o imediato cumprimento da pena e a efetividade da Justiça.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares nesta missão.

Sala das Sessões,

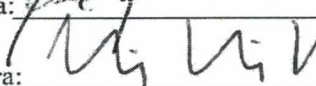
01 Assinatura:



Nome:

ORLINDO VISTO GUIMARÃES

02 Assinatura:



Nome:

FLÁVIO KRUS




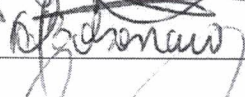

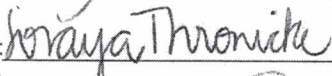









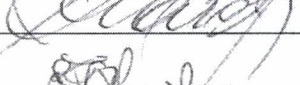
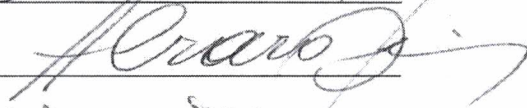

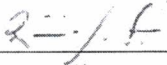


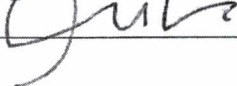
SF/19843.86006-64

Página: 2/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a



Inserir o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivizar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

03 Assinatura:		Nome: <u>Sérgio Olyvo Gomes</u>
04 Assinatura:		Nome: <u>Flávio Bolsonaro</u>
05 Assinatura:		Nome: <u>Selma Amador</u>
06 Assinatura:		Nome: <u>Soraya Thronick</u>
07 Assinatura:		Nome: <u>Fabiano Vasconcelos</u>
08 Assinatura:		Nome: <u>LASIER</u>
09 Assinatura:		Nome: 
10 Assinatura:		Nome: <u>Jorge Kajuru</u>
11 Assinatura:		Nome: <u>REGUFFE</u>
12 Assinatura:		Nome: <u>Rodolfo Cunha</u>
13 Assinatura:		Nome: <u>RAULO DE FIGUEIREDO</u>
14 Assinatura:		Nome: <u>DAVI DA SILVA</u>
15 Assinatura:		Nome: 
16 Assinatura:		Nome: <u>Elmano Torres</u>
17 Assinatura:		Nome: <u>Romário Lima</u>
18 Assinatura:		Nome: <u>Wili Edmaro Gomes</u>
19 Assinatura:		Nome: <u>Jorginho Melo</u>
20 Assinatura:		Nome: <u>ALESSANDRO VIEIRA</u>




SF/19843.86006-64


Página: 3/6 12/02/2019 16:25:59


c9fe96f3c9ff134ceec783b40ab822b010923c63a

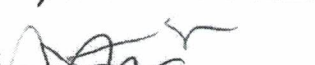



Insere o inciso XVI no art. 93 da Constituição Federal, para positivar a possibilidade de execução provisória da pena, após a condenação por órgão colegiado.

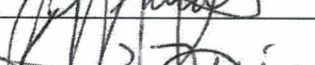
21 Assinatura:  Nome: FABIANO CONTARATO


22 Assinatura:  Nome: MAILZA GOMES


23 Assinatura:  Nome: VERA BANA

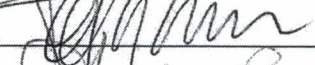
24 Assinatura:  Nome: LUIS CARLOS HENRIQUE

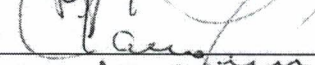
25 Assinatura:  Nome: ROSE DE FREITAS

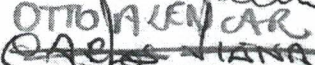
26 Assinatura:  Nome: E. AMIN

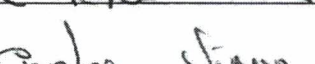
27 Assinatura:  Nome: VANDERLUC GOIA

28 Assinatura:  Nome: CLIZIANE JUME

29 Assinatura:  Nome: TASSO

30 Assinatura:  Nome: OTTONI

31 Assinatura:  Nome: CARLOS JIANA

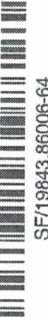
32 Assinatura:  Nome: MARA GABRIELLI

33 Assinatura: _____ Nome: _____

34 Assinatura: _____ Nome: _____

35 Assinatura: _____ Nome: _____

36 Assinatura: _____ Nome: _____



SF19843.86006-64

Página: 4/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a



LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - promoção de entrada para entrada, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrada e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e prestação no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

d) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

III o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IV previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

VII o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VIII-A a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrada atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a, b, c e e do inciso II; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

X as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)



SF/19843.86006-64

Página: 5/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe66f3c1f134ceec783b40ab822b010923c63a



XI nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XII a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIII o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

XV a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)



SF/19843.86006-64

Página: 6/6 12/02/2019 16:25:59

c9fe96f3cff134ceec783b40ab822b010923c63a



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- artigo 93

- inciso XVI do artigo 93

- Emenda Constitucional nº 19, de 1998 - Reforma Administrativa (1998) - 19/98

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;19>

- Emenda Constitucional nº 20, de 1998 - Reforma Previdenciária (1998) - 20/98

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;20>

- Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - EMC-45-2004-12-08 , PEC DA REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2004;45>